

“Qual silêncio?”

O Haiti nas páginas dos primeiros periódicos brasileiros.

SORAYA MATOS DE FREITAS*

O trabalho que escolhi apresentar neste encontro representa parte da pesquisa realizada para a escrita da minha dissertação de mestrado, que foi desempenhada por meio do programa de História Social da UERJ/FFP, cuja defesa ocorreu em 2010.

As leituras das fontes desta pesquisa apontaram para uma diferente interpretação dos acontecimentos que envolveram o Haiti – a surpreendente sublevação de escravos e conseqüente independência da ilha, antiga colônia francesa – no momento em que a família real portuguesa aportava em suas terras, fato que permitiu o estabelecimento da imprensa em sua colônia. O estudo dos primeiros impressos que circularam na América Portuguesa – A Gazeta do Rio de Janeiro e o Correio Braziliense – indicaram esse novo caminho de análise.

O recorte cronológico em que se balizou esta pesquisa remete aos anos de 1808 a 1817, período que está intimamente ligado à fundação da primeira imprensa. A partir dela temos a disseminação de notícias não apenas da colônia portuguesa, como também notícias internacionais.

Ao considerarmos o silêncio a respeito da revolução haitiana, pressupomos que o período anterior ao evento – de 1791, momento da eclosão da Revolução, até 1804, ocasião da independência do Haiti – encontrava-se em uma condição lacunar, visto que não existiam periódicos na colônia portuguesa da América. No entanto, e segundo Marco Morel, desde o século XVIII circulavam na América Portuguesa alguns jornais publicados em Lisboa, como por exemplo, a Gazeta de Lisboa e outras publicações que, conforme o autor, no período pombalino, seriam quinze periódicos. Esses poderiam ser noticiosos, científicos, literários e históricos (MOREL; BARROS, 2003: 17). Para além disso, as idéias circulavam não só na categoria escrita: a forma oral talvez fosse a que permitiu maior propagação da palavra em uma população de maioria analfabeta. Nas palavras do autor:

* Mestre em História Social Pela UERJ/FFP- Professora do Departamento de Ciências Humanas da UERJ/FFP.

A circulação de palavras – faladas, manuscritas ou impressas – não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade que se tornava brasileira, não ficava estanca a um círculo de letrados, embora estes, também tocados por contradições e diferenças, detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa (MOREL, 2009).

Analisar o silêncio a que foi relegada a Revolução Haitiana, e, conseqüentemente, sua condição lacunar, foram os aspectos considerados nesta pesquisa, pois a história da “revolução” da colônia francesa das Antilhas, o futuro Haiti, entre os brasileiros passou pelo silêncio e também pela lacuna, afinal o medo causado pelos horrores ocorridos no momento da “revolução” podem ter sido os determinantes no “emudecimento” das notícias, fator que até hoje constatamos nos escritos sobre este evento. Os acontecimentos que tiveram lugar na segunda metade do século XVIII e no alvorecer do século XIX foram ao mesmo tempo, empolgantes e aterradores, surpreendentes e assustadores, inesperados e inevitáveis. Assim, mais do que dizer ou nomeá-los, tais fatos causaram em quem os vivenciava a impressão de estar presenciando algo indiscutivelmente novo, por vezes, causando a suspensão da palavra sob a forma do silêncio.

O estudo da professora Eni Puccinelli foi nosso guia para pensar o silêncio, ela afirma: “as palavras são múltiplas, mas os silêncios também o são”. Um dos temas que envolvem o silêncio, sobre o qual esta autora se debruça, e que nos é particularmente interessante, diz respeito à política do silêncio, o silenciamento:

Aí entra toda a questão do “tomar” a palavra, “tirar” a palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar etc. Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência). E tem todo um campo fértil para ser observado: na relação entre índios e brancos, na fala sobre a reforma agrária, nos discursos sobre a mulher, só para citar alguns terrenos já explorados por mim. (ORLANDI, 1992: 29)

A autora indica neste trecho alguns dos campos férteis que ela já explorou, aqui indicamos mais um pelo qual nos interessa caminhar: a relação entre escravos e senhores, a relação entre colonizadores e colonos. Como Eni Puccinelli bem argumenta,

não é suficiente pensar o silenciamento, pois se faz necessário pensar o silêncio para além de sua dimensão política. Isto porque o silêncio é fundador. “Quer dizer, o silêncio é a matéria significante por excelência, um continuum significante. O real da significação é o silêncio (...) o silêncio é o real do discurso.” (ORLANDI, 1992: 29)

O homem é um ser que significa e suas ações e palavras, assim como ele, significam algo no mundo. E aqui entendemos o silêncio não apenas como ausência da fala, pois o silêncio é em si mesmo um sentido, o silêncio é. E pensando assim podemos entender o silêncio fundador.

O silêncio que, para além da palavra, significa, pode ser produzido pelo homem com a intenção de minimizar sentidos, desviar atenções e ao fim redefinir significados: “O silêncio não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras e não dura. Só é possível vislumbrá-lo de modo fugaz. Ele escorre por entre a trama das falas.” (ORLANDI, 1992: 32).

É difícil buscar o silêncio em período tão recuado, nas linhas de periódicos que eram escritos em diferentes situações. Seguindo a autora que nos serve aqui de guia para entender o silêncio, e que expõe o quão difícil é estudá-lo, observá-lo, organizá-lo, ela usa metáforas para ilustrar e ajudar a aprender o silêncio: o mar e o eco. A idéia do mar nos remete a imagem e a do eco ao som. O mar e o eco nos trazem o movimento, monótono para o primeiro e contínuo para o segundo. Mas, ao fim, e para os dois o movimento: “A significação é um movimento” (ORLANDI, 1992: 32).

Assim, a despeito da dificuldade de estudar o silêncio, é possível percebê-lo na escrita através dos sentidos que a mudança de palavras como revolução podem iluminar, pois quando buscamos o silêncio, ele pode estar em pistas ou em pequenos traços. O que foi dito e o que não foi dito, o jogo que podemos perceber num esconde-esconde de palavras, onde buscamos as pistas, os traços, os vestígios ou em um jogo de (re) significação de sentidos, um quebra-cabeça de palavras.

Necessário aqui apresentar as diferentes formas de silêncio que são estudadas por Eni Puccinelli e que nos inspiraram a utilizá-las na história da repercussão dos surpreendentes acontecimentos que tiveram lugar na colônia francesa no Caribe, nas

linhas dos dois primeiros periódicos, *A Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Correio Braziliense*, a circular na colônia portuguesa da América:

O silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significativo produzindo as condições para significar; a política do silêncio, que se subdivide em: a) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras) e b) o silêncio local, que se refere a censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura). (ORLANDI, 1992: 24).

No “silêncio constitutivo”, uma palavra é substituída por outra. Entende-se assim que falar de insurreição de escravos é diferente de falar em revolução feita por escravos. Fica dessa forma estabelecido que para dizer que houve uma insurreição, independência, abolição em uma colônia, liderada por negros e mulatos, livres e escravos, seria necessário, talvez, não dizer ou dizer que houve uma sublevação e, por fim, isso remeteria à censura, aquilo que seria proibido dizer em certa conjuntura, e a conjuntura a qual este trabalho se refere é a de um tempo em que na colônia portuguesa da América, onde os periódicos, nossas fontes documentais, circulavam, a despeito da grande maioria da população ser analfabeta, existia a possibilidade das idéias alcançarem a população que era em sua maioria, em determinadas cidades e regiões, formada por escravos negros e mulatos.

Desse ponto podemos aqui pensar com Puccinelli sobre o implícito, porque na perspectiva em que a autora estuda o silêncio, e com a qual concordamos; “o implícito é o não-dito que se define em relação ao dizer. O silêncio, ao contrario, não é o não-dito que sustenta o dizer, mas é aquilo que é apagado, colocado de lado excluído.” (ORLANDI, 1992: 102). Assim, o silêncio e o implícito não podem ser considerados a mesma coisa.

Com relação a ausência, ou substituição da palavra revolução, não entendemos sua falta como um implícito e sim como um silêncio. Ao se referir aos acontecimentos que tiveram lugar na ilha caribenha, é como se fosse possível diminuir ou impedir a disseminação do que resultou, ou seja, um novo país, o segundo a se tornar independente na América, que se tornou independente pelas mãos de um ex-escravo, Dessalines, e, diferentemente das ex-colônias britânicas, os Estados Unidos, fizeram a

independência junto à abolição da escravidão. Silenciar era uma forma de calar e de impedir que o discurso pudesse ser entendido como possível, em um período em que a colonização e a escravidão caminhavam juntas. Como reitera Orlandi: “O silêncio não é a ausência de palavras. (...) As palavras vêm carregadas de silêncio.”

A memória que foi construída sobre esses eventos seria influenciada também por esses escritos que circulavam nos periódicos, e aqui, poderíamos visualizar as duas metáforas de Eni Puccinelli para o silêncio, a do mar e a do eco. A do mar que nos remete a imagem, a imagem que seria construída colaria os eventos revolucionários haitianos a cenas negativas e o exemplo também negativo, o não-exemplo; e o eco que perpetuou o que aconteceu e repercutiu entre os negros e mulatos, escravos ou livres não só da então colônia portuguesa na América, mas por toda a América: o eco da Marselhesa, que os negros e mulatos do Haiti cantaram, o som que tentou se propagar por todo o continente americano.

Os acontecimentos do Haiti, em finais do século XVIII, foi um dos primeiros episódios de sublevação de escravos negros e mulatos que evidenciaram as incoerências dos valores empregados pelos revolucionários franceses. Os princípios filosóficos dos iluministas que serviram de base às Revoluções burguesa, norte americana e francesa, não podiam ser empregados em uma colônia onde a propriedade de homens era algo inquestionável:

A Revolução Haitiana inverteu os princípios sagrados dos Direitos do Homem e, desse modo, redefiniu o significado de liberdade. Enquanto a filosofia política das duas Revoluções burguesas, americana e francesa, ligava axiomáticamente liberdade e os direitos de propriedade, para os escravos de Santo Domingo a liberdade implicava a destruição dos direitos a propriedade, já que os escravos eram considerados como propriedade dos seus senhores (FICK, 2004: 355-380).

São Domingos foi a segunda colônia do continente americano a se tornar independente. Uma independência que custou a vida de muitos homens europeus, brancos, além dos mulatos e negros do lugar. Os escravos desta pequena e rica ilha das Antilhas lutaram contra exércitos franceses, espanhóis e ingleses, derrotando, cada um a seu tempo, todas estas forças, o que levou alguns anos até que sua independência fosse reconhecida pelos países vizinhos e também europeus (JAMES, 2000: 15).

O Haiti é um pequeno país localizado no mar do Caribe. Em uma grande ilha dividida em dois países, a República Dominicana, colônia espanhola do século XVI até o XIX e o Haiti, colônia francesa do XVII até sua independência, no começo do XIX. Em princípio esta grande ilha ficou conhecida como Hispaniola, nome dado pelos espanhóis, os primeiros europeus a explorar as novas terras da América Caribenha. Os franceses chegaram a essa ilha em 1629, e depois de alguns desentendimentos entre franceses e espanhóis, a ilha foi dividida entre essas duas potências européias do século XVII, através do Tratado de Rijswijk, de 1697, por meio do qual a Espanha cedeu o território à França.

Esta colônia era responsável por grande parte da riqueza da França. Sendo considerada uma das mais ricas dentre as colônias francesas, ficou conhecida como a pérola das Antilhas, segundo Carlos Aguirre (AGUIRRE, 2004). O açúcar, o café e alguns produtos agrícolas tropicais eram as principais fontes desta riqueza. São Domingos era também o porto de desembarque de muitos escravos negros vindos da África e esta atividade, o tráfico negreiro, contribuiu sobremaneira para a riqueza da França.

A Revolução Francesa começou sua longa história em 1789. Um estágio principal pelo qual a revolução passou diz respeito a sua colônia, que, mais do que participar deste movimento, fez dele o ponto de partida para a sua independência. A Revolução Haitiana começa atrelada a grande revolução.

Em 1791, os haitianos, brancos, mulatos e negros, estavam envoltos em sua própria revolução, um movimento que começou com os brancos colonialistas querendo participar da agitação francesa, mas deparou-se com a revolução dos escravos negros e mulatos, que em sua esteira levantaram a voz para gritar por liberdade:

[...] los negros del nuevo mundo ponían en cuestion no solamente una forma de exploracion, la esclavitud, sino también todo un sistema mental y hasta filosófico segun el cual la plobacion de origem africano estaba condenada a servir al hombre blanco y la esclavitud negra aparecia como algo natural y sancionado por la costumbre, la ley y la religiõn [...] (AGUIRRE, 2004)

No momento em que a ex-colônia francesa lutava para manter sua independência, a colônia portuguesa da América vivenciava uma grande transformação com a chegada da Corte portuguesa (impulsionada pelos avanços napoleônicos na

Península Ibérica) em suas terras, com isso muitos espaços foram redefinidos. Buscar a caracterização, o contexto das transformações e (re) significações pelas quais as terras da colônia lusa na América passaram foi importante para entender como a Revolução Haitiana foi recebida; tentamos, deste modo, entender as “Revoluções” e sentidos que estas carregaram para os que viviam naquele momento nessas terras, no período final dessa colônia. Para tal, seria necessário buscar o que se lia e o que se via nessa parte portuguesa que se transformou e (re) significou no quadro metropolitano com a chegada de todo o aparato da Corte.

Visamos identificar como as relações sociais e as relações de poder estavam sendo organizadas, além de descobrir quem eram os homens atuantes na administração, que ademais, eram os potenciais leitores dos primeiros jornais a circular de forma periódica na colônia. Essa a transformação que nos tocou mais de perto: a presença dos periódicos.

A imprensa na colônia, os gazeteiros, seus ofícios, suas posições na sociedade são elementos importantes nessa pesquisa. Caracterizar a imprensa nesse começo de século XIX foi também uma questão fundamental. Descobrir qual o papel da imprensa nesse momento, que lugar ocupava nesse período tão cheio de transformações e mudanças. Vale ressaltar que esse meio de veicular informação, hoje tão difundido entre nós, só pôde circular na América portuguesa após a chegada do aparato metropolitano, não sem uma prévia censura que, no entanto, só alcançou a Gazeta do Rio de Janeiro, dado que o Correio Braziliense era escrito e impresso em Londres e entrava de forma clandestina nas terras da então colônia portuguesa.

A Gazeta do Rio de Janeiro, o primeiro periódico a ser impresso no Brasil, uma de nossas fontes centrais para a pesquisa desta dissertação. Um pouco da sua história, seu formato, sua importância analisados de forma sucinta. Contamos, para isso, com um dos mais novos estudos acadêmicos sobre a Gazeta, a dissertação de mestrado de Juliana Gesuelli (MEIRELES, 2009: 127-128), e com o trabalho de Maria Beatriz Nizza, que fez um levantamento sobre a Gazeta (SILVA, 2007).

Analisando as notícias que figuraram nessa primeira Gazeta referentes a São Domingos: como foram publicadas, quais eram os recortes privilegiados por quem tinha como missão escolher, traduzir e imprimir o que chegava de notícias através dos portos da Capital metropolitana, o Rio de Janeiro, lugar em que era então impressa a Gazeta do

Rio de Janeiro, foi importante para saber como repercutiam aqui algumas dessas notícias. Como foram tratadas tais notícias e que lugar ocuparam nas páginas desse periódico: esse é o ponto que mais procuramos entender no estudo feito.

Outra fonte importante para nossa pesquisa, o *Correio Braziliense*, periódico escrito por Hipólito José da Costa. Exilado em Londres, tinha os olhos fixos em sua terra natal, e identificou a vinda da Corte para esse lado do Atlântico como um momento singular. A forma como encontrou de, mesmo distante, participar das transformações que teriam lugar com essa mudança, foi através das análises feitas em seu periódico. Mais do que imprimir notícias, fazia delas pontos de reflexão acerca do momento vivido e das conseqüências de certos fatos para Portugal e para sua colônia americana. Tão extraordinário personagem já foi tema de muitos estudos.

Nessa fonte o exercício aplicado foi o de pinçar quais os pontos que Hipólito da Costa entendeu como relevantes e importantes sobre São Domingos, e que mereciam não só um espaço no jornal como também sua análise, sempre tão crítica, para o bem ou para o mal.

Tanto em um jornal como em outro, pudemos perceber que não eram todos os acontecimentos em São Domingos que ganhariam suas páginas: alguns aspectos não poderiam ser ignorados, enquanto outros entravam no rol dos que deveriam ser silenciados. Desta forma, a leitura dos jornais nos possibilitou entender um pouco de como foram tratadas as notícias que chegavam sobre São Domingos e como eram impressas, qual lugar ocupavam na diagramação do jornal, como as questões econômicas foram privilegiadas e também como questões foram silenciadas, mesmo que fosse apenas mudando uma palavra por outra ou simplesmente, expressando, como Hipólito da Costa o fez textualmente: “Temos, por obvias razões, omitido falar das colônias francesas em S. Domingos” (COSTA, 2001/02: 44).

A questão colonial e a discussão sobre o fim desse sistema esteve em pauta nos dois periódicos, nesse sentido o fim do período napoleônico e os acordos assinados entre a França e alguns países europeus após a derrota de Napoleão são significativos. Após a restauração da monarquia francesa, a França estava disposta a reaver sua mais rica colônia, e tal fato evidenciou a discussão sobre a questão colonial; esse ponto passou pelos dois jornais pesquisados.

Mais do que um mau exemplo, como poderíamos supor, por ter sido uma revolta de escravos cujos desdobramentos interferiram na independência da ex-colônia francesa e na abolição da escravidão, Saint-Domingue representou também capítulo particular e polêmico do contexto de crise do antigo sistema colonial, entre 1807-1808 e 1815-1817. Tais questões foram debatidas nos jornais e nos tratados assinados na Europa após a derrocada de Napoleão e da França. As conseqüências de tal crise seriam sentidas não apenas nas colônias francesas, mas em colônias espanholas, inglesas, holandesas e, quiçá, na colônia portuguesa americana.

Para além de saber sobre os desdobramentos que tal independência traria para os acordos europeus, havia interesses mercantis como fator de apreensão relativo a esse assunto, visto que a colônia portuguesa na América era concorrente direta na exportação de açúcar, café e outros produtos que partiam de sua colônia caribenha para a Europa. Assim, fatores econômicos e políticos foram também importantes elementos a serem considerados nas notícias impressas nesses dois jornais.

Ao final da pesquisa foi possível afirmar que apesar de nossos periódicos terem formas e aspectos diferentes, em alguns pontos eram concordes: eram favoráveis ao regime monárquico, a ordem, a união luso-brasileira, e não eram partidários da Revolução Francesa nem dos franceses; tinham como inspiração maior os ingleses, que, por vezes, pareciam ser os parceiros e exemplos ideais. “Ambos faziam parte do mesmo contexto político e mental, e, ainda que com diferenças, partilhavam um universo de referências comuns” (MOREL; BARROS, 2003: 20).

Quanto à questão pesquisada, ou seja, as notícias sobre os acontecimentos do Haiti pudemos observar que havia outros pontos bastante comuns. Citamos como exemplo o ato de não denominá-la de revolução. Outros termos foram usados: cenas, revolta, insurreição. Os pontos importantes a serem impressos tinham como foco a economia ou a política; a questão social da escravatura e sua abolição eram tocadas apenas por documentos transcritos de falas em Cortes da Inglaterra ou no caso dos Tratados de Paz. Transcrições de documentos relativos a nossa pesquisa apareceram nos dois periódicos, como o decreto feito por Pétion que baixava a tarifa alfandegária para a Inglaterra em cinco por cento.

Ambos os periódicos eram críticos da postura adotada pela França com relação às suas colônias, e a despeito da Gazeta do Rio de Janeiro tentar ter uma postura neutra,

temos que, em alguns momentos, o gazeteiro deixou “escapar” sua opinião, como podemos ver no número em que começou seus comentários assim: “Novas tentativas de Bonaparte para inundar o Hemisfério Ocidental com seus detestáveis espias e emissários secretos. O principal destes é um General mulato por nome Rigaud que Pétion recebeu com os braços secretos” (GAZETA, 1810: 2). Aqui temos a crítica a Bonaparte sem subterfúgios, direta.

No Correio Braziliense temos também críticas, e, com relação a São Domingos, uma certa “falta de vontade” como já mencionado acima na fala de Hipólito da Costa. Este periodista não tinha simpatia por Revoluções e menos ainda por essa que teve lugar em uma colônia. Para esse redator, os esforços feitos pela França para recuperar tal colônia foram inúteis, pois essa já estaria perdida para eles e, assim, as razões óbvias das quais ele falava estariam então subentendidas e não precisariam ser por ele repetidas. Um silêncio que diz e muito, por vezes rompido, quando rumores do Haiti lhe pareciam ser ameaçadores, como no caso da querela com o periodista do “Investigador Português”. De qualquer forma, através da crítica feita por Hipólito da Costa ao periódico *Investigador Português*, foi possível saber que a Constituição do Haiti foi impressa em tal jornal, o que nos mostra outra possibilidade de pesquisa: o periódico, *Investigador Português*, e seus periodistas, e como foram tratadas em suas páginas algumas questões relativas aos acontecimentos da Ilha caribenha.

Observamos que, por mais que o silêncio fosse a opção, não era possível ignorar o processo que se desencadeou na colônia francesa das Antilhas, e as repercussões de tal processo por outras partes da América, como destacado por Rafael Marquese (MARQUESE, 2009: 237-321) para o caso de Cuba que, tal qual a América Portuguesa, viu no declínio da colônia francesa a oportunidade de tomar espaço na produção e exportação de produtos tropicais, como, por exemplo, o café e o açúcar.

Outra questão importante também levantada por esse autor foi o escravismo: O impacto de São Domingos, trouxe não apenas uma oportunidade econômica ímpar, como também incitou o fortalecimento da ordem escravista interna de Cuba por meio da elaboração de novos mecanismos de controle e segurança (MARQUESE, 2009: 262). A questão da escravidão foi um importante fator a chamar a atenção para o movimento que se desenrolava na ex-colônia francesa, visto que de lá partiu o apoio para a

independência de outras colônias espanholas com a condição de abolir a escravidão. Silenciar as repercussões seria, talvez, o ideal, mas não era possível.

As poucas e surpreendentes notícias que encontramos nas páginas dos periódicos nos indicaram alguns dos aspectos que os homens daquele começo de século estavam observando relativos a São Domingos. Tais aspectos diziam respeito a política e a economia, como já dito acima. A questão colonial era o interesse do momento. Podemos dizer que a crise do antigo sistema colonial, na dimensão mais ameaçadora de mudanças relativas às hierarquias de sociedades escravistas, começou com a revolta haitiana e seus questionamentos.

Esse fato nos ajuda a pensar que o silenciamento pretendido por alguns não era totalmente possível, visto que muitos desses homens, os periodistas, eram atuantes dentro dessa conjuntura. Assim o silêncio não era total e nem poderia ser. No primeiro momento dos nossos periódicos pudemos encontrar alguns desses interesses minimamente pontuados pelos gazeteiros e periodistas. O não aprofundamento de determinadas questões nos indica que, se era impossível ignorar, então a censura e seleção de palavras era o instrumento usado para tal.

Nas primeiras páginas da nossa imprensa, não foi medo o que encontramos, tampouco o não exemplo – que posteriormente seria usado na construção do haitianismo –, antes nos deparamos com os interesses econômicos e políticos. O que pudemos observar a este respeito foram as pontuações relativas aos produtos exportados do Haiti para a Inglaterra principalmente, e os preços desses produtos sendo comparados com os preços dos produtos que saíam da América portuguesa para o mesmo destino.

O aviso da diminuição das tarifas alfandegárias, para a Inglaterra, nos portos haitianos foi impressa tanto na Gazeta quanto no Correio o que nos demonstra o quanto esse era um assunto importante naquele contexto. Outro ponto importante foi o interesse haitiano em ajudar outras colônias a se tornar independente, interesse que se expressava em forma de ajuda financeira e logística para algumas partes, como Venezuela e México.

Com a derrota de Napoleão, e a restauração monárquica em França, a questão colonial figurou nos tratados de paz entre os países europeus, e esse é outro ponto que foi privilegiado nos periódicos, visto que o interesse da França em retomar sua antiga

colônia era um assunto que importava a comerciantes e também aos homens de Estado, que poderiam esperar que a retomada do estatuto de colônia no Haiti fosse capaz de mudar a postura adotada por esse novo país frente às outras colônias vizinhas, não só no Caribe, mas por toda a América. A importância de tal fato ficou impressa em dois números consecutivos, que a Gazeta do Rio de

Janeiro dedicou a transcrever a análise feita por um francês sobre São Domingos.

Por mais que a censura e a seleção de palavras tenha sido usada nessas primeiras páginas, pudemos perceber que o ocorrido em São Domingos foi evento de tal ordem inesperado e surpreendente que, buscar como noticiar os fatos, era uma forma de tentar também entender o que se passava naquela colônia francesa que fugia aos padrões vivenciados naquele contexto.

Nos primeiros anos dos dois periódicos, o que se leu foram principalmente, questões relativas a economia e não questões que versavam sobre o medo de que o ocorrido lá pudesse se repetir na América portuguesa, lugar de grande número de escravos. Tal construção, a do medo, se deu em maior medida nos debates que se fizeram nas Cortes, em Portugal em 1820, momento das reformas vintistas, a “Revolução do Porto”, como exemplificado nas falas dos deputados, transcritas no Correio Braziliense, e analisadas na dissertação.

O primeiro recorte cronológico a que nos propusemos pesquisar seria o compreendido entre os últimos anos da Colônia portuguesa na América, indo de 1808 a 1822, momento em que a construção de uma história para este novo império estava em pauta. No entanto os anos que vão de 1814 a 1817 nos apresentaram questões que, se não aprofundadas deixariam uma lacuna. Os acordos e tratados assinados entre a França e outros países europeus nesse momento expressam alguns aspectos que podem apontar para a crise do antigo sistema colonial e também para a questão da abolição da escravidão. Dessa forma os anos de 1814 a 1817 apresentaram outra janela para pensar tais repercussões.

As questões relativas a abolição da escravidão nas colônias estavam presentes em tais acordos e saber como se posicionaram as autoridades portuguesas presentes nas reuniões, e quem eram esses homens, são elementos importantes para tal análise. Outra questão importante eram os abolicionistas ingleses e suas relações: teriam eles relações na colônia portuguesa? Como seus discursos eram recebidos aqui?

Antes de finalizar, devemos recorrer a Hanna Arendt, autora que apontou para o caráter de novidade que um acontecimento deveria ter para ser uma revolução. Desta forma, podemos afirmar que o ocorrido em São Domingos foi sim uma revolução, pois carregava em si o caráter de novidade e se ligava a idéia de liberdade. No entanto, o começo do século XIX estava repleto dos avanços franceses, e vários países estavam apreensivos com o que acontecia em França.

A novidade de escravos tomando o poder e proclamando a independência e a abolição do trabalho escravo naquele momento não era algo de fácil aceitação. Como Hipólito da Costa pontuou em algumas passagens do seu periódico, os homens que escreviam jornais deveriam ter em mente que estavam escrevendo para ajudar a formar opiniões e, portanto, lhes cabia observar uma crítica sã, e uma censura adequada. Podemos pensar que algumas passagens foram silenciadas, outras não poderiam ser; uma seleção foi necessária, e construir o medo foi interessante em determinado momento, e o tempo em que essa pesquisa se situa a inovação, a surpresa do que ocorreu em São Domingos, não poderia desfilas no palco da moda daquele contexto: na “Era das Revoluções” (HOBSEBAWM, 2005).

Segundo Reinhardt Koselleck' naquelas circunstâncias, “revolução” tornou-se uma palavra da moda. Nas suas considerações:

Tudo aquilo que se via e se descrevia era compreendido a partir da perspectiva da transformação, da comoção. A revolução abarcava os costumes, o direito, a religião, economia, nações, Estados e continentes, enfim todo o globo terrestre. (KOSSELECK, 2006: 67)

E agora para finalizar, de fato, uma breve e difícil, talvez impossível comparação: Tomar as páginas de todos os jornais, como infelizmente aconteceu no início de 2010 não foi o que aconteceria a dois séculos atrás, ainda assim dois números consecutivos da Gazeta do Rio de Janeiro foram dedicados a pensar a questão colonial, tendo como pano de fundo São Domingos, ali lado a lado o não exemplo e o exemplo estavam juntos.

FONTES

- GAZETA DO RIO DE JANEIRO

Todos os números estão disponibilizados no site da Biblioteca Nacional no endereço: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm. Acessado em julho de 2009-08-04.

- CORREIO BRAZILIENSE

Todos os números podem ser consultados on-line no site da USP: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/search>

Ou podem ser consultados em sua edição fac-similar:

COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense*, ou, *Armazém Literário*. São Paulo/SP. Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Correio Braziliense, 2001.

BIBLIOGRAFIA

1. AGUIRRE, Carlos. “Silêncios y ecos: La historia y el legaso de la abolicion de la esclavitud em Haiti y Peru”. www.ncsu.edu/project/contracorriente/fall_05/Aguirre.pdf. acessado em outubro de 2005.
2. ARENDT, Hanna. *Sobre a Revolução*. Relógio D’Água Editores, Lisboa. 2001.
3. FICK, Carolyn. “Para uma (re) definição de liberdade: a Revolução no Haiti e os paradigmas da Liberdade e Igualdade”. In “Estudos Africanos”, Ano 26, nº. 2, 2004.
4. FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Editora Loyola, Rio de Janeiro. 1999.
5. FURET, François/ OZOUF, Mona. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
6. HOBBSAWN, Eric J. *A era das revoluções: Europa. 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
7. JAMES, C. L. R. “Os jacobinos negros. Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos”. São Paulo: Boitempo editorial, 2000.

8. KOSSELECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro – Editora: Contraponto, 2006.
9. LUSTOSA, Isabel. *A Pátria de Hipólito*. In COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém Literário*. São Paulo/SP. Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Correio Braziliense, 2001. Vol. I p.xxxix a liv.
10. MARQUESE, Rafael de Bivar. “A escravidão caribenha entre dois atlânticos: Cuba nos quadros das independências americanas”. In: Marco A. Pamplona; Maria Elisa Mäder. (org.). “Revoluções de Independências e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba”. São Paulo: Paz & Terra, 2009, v. 3.
11. MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de idéias no Império Luso-brasileiro (1808-1821)*. Dissertação de mestrado. Campinas. SP. 2006. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000375875>. Acessado em 19/11/2009.
12. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial: 1820-1840* – São Paulo: Hucitec. 2005.
13. _____ *O abade Grégoire, o Haiti e o Brasil: repercussões no raíar do século XIX*. In http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_artigos_3.pdf . acessado em 07 de Abril de 2009
14. _____ BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
15. _____ *Imprensa e escravidão no Brasil do Século XIX*. In LUSTOSA, Isabel (org.) *Imprensa, Historia e Literatura*. Rio de Janeiro/ RJ. Edições Casa de Rui Barbosa, Coleção FCRB Aconteceu 4. 2008.
16. _____ *A imprensa periódica no século XIX*. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/redememoria/periodicoxix.html>. Acessado em Agosto de 2009.
17. _____ *O Haiti não foi aqui*. Nossa História, Rio de Janeiro, v. 11, p. 58 - 63, 01 set. 2004.
18. _____. *Entre Estrela e Satélite*. In COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém Literário*. São Paulo/SP. Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Correio Braziliense, 2001. Vol. XXX pp. 269 a 320.
19. _____ GOMES, Flávio. *Trajétoias atlânticas: dois brasileiros no*

Haiti no início dos oitocentos. *In.* PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org)et al. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

20. ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *As formas do Silêncio. No movimento dos sentidos.* São Paulo. Editora Unicamp, 1992.
21. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822) - Cultura e Sociedade”. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.